A HETERONORMATIVIDADE E O COTIDIANO ESCOLAR: DESCONFORTOS E REFLEXÕES EM OFICINAS COM PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

Analu Carbos Freitas[1]

Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga da Silva[2]

Luan Carpes Barros Cassal[3]

Resumo: O projeto Diversidade Sexual na Escola é realizado pela UFRJ e tem como objetivo o enfrentamento dos processos de exclusão sobre sexualidade e gênero na educação, através de oficinas e cursos para profissionais da rede pública. A imposição da heteronormatividade (WARNER, 1998) nos muros da escola impede que alunas transexuais e travestis sejam reconhecidas em suas identidades de gênero e faz com que professores homossexuais sejam entendidos como um problema. Entendemos que são necessárias estratégias de formação continuada e também espaços de discussão e troca entre os profissionais da educação onde órgãos de gestão pública estejam de fato comprometidos para assim evitar (espera-se erradicar) os processos de exclusão e discriminação.

Palavras-chave: Escola; heteronormatividade; profissionais de educação; processos de exclusão.

Introdução

O projeto "Diversidade Sexual na Escola" é uma realização da Universidade Federal do Rio de Janeiro vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PR5), em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC). O projeto nasceu em 2006 e ao longo desses anos até o presente momento, vem realizando oficinas com profissionais da educação da rede pública do estado do Rio de Janeiro, bem como promovendo cursos de formação continuada para educadores.

A Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro promoveu, em fevereiro de 2012, atividades de formação para seus professores e funcionários e o

[1] Graduanda em Letras UFRJ e estágiaria do projeto Diversidade Sexual na Escola. analu_carbos@yahoo.com.br

[2] Graduanda em História da Arte UFRJ e estagiária do projeto Diversidade Sexual na Escola". mariah.rafaela.silva@gmail.com.

[3] Mestre em psicologia e coordenador adjunto do projeto Diversidade Sexual na Escola. luancassal@gmail.com

projeto foi convidado a participar e promover oito oficinas de sensibilização e informações sobre identidades LGBT. Participaram das oficinas cerca de 320 profissionais da educação (professores, diretores, coordenadores padagógicos etc).

As oficinas eram ministradas por dois dinamizadores e o trabalho em colher os depoimentos ou falas ficava a cargo de quatro estagiárias. Nessas oficinas foram debatidos temas como sexo, gênero e orientação sexual, por exemplo, e suas representatividades, subjetividades no espaço escolar.

Nas oficinas várias atividades eram desenvolvidas. A primeira era uma atividade para "descontrair" e aproximar os participantes. Nesta atividade todos os profissionais presentes deveriam formar um grande circulo e darem as mãos, então memorizar quem estava ao seu lado direito e ao seu lado esquerdo. Memorizado, eles deviam se "misturar" até que o dinamizador dizesse para eles pararem e dar as mãos respeitando sua ordem inical, ou seja se unir novamente à pessoa que estava do lado direito com a mão direita e da mesma forma a pessoa que estava do lado esquerdo. Logo, um grande nó precisava ser desatado sem que as pessoas soltassem as mãos. É uma atividade simbólica, onde além de quebrar o "gelo", representava o nó que talvez exista em nossas escolas quando o assunto é "identidades LGBT", mas com a perspectiva de que todo nó pode ser desatado, basta um pouco de esforço e boa vontade. Os dinamizadores solicitaram que as pessoas não fossem politicamente corretas, durante as atividades, para que assim seus possíveis preconceitos podessem ser superados ou não. As dúvidas iniciais basicamente residiam na relação entre sexo e gênero, quando eles deveriam "julgar" as fotografias de pessoas que eram projetadas. Os professores deveriam marcar um "x" em um quadrinho correspondente a sexo, gênero, orientação sexul e identidade sexual. Esta atividade servia para exemplificar o quanto podemos estar julgando a orientação sexual de uma pessoa a partir de uma lógica heteronormativa.

Outras atividades foram desenvolvidas e muitas falas foram anotadas. Dentre elas, dois temas chamaram a atenção da equipe por sua relevância no cotidiano escolar e pela circulação intensa dos debates. Primeiro, a compreensão do professor homossexual como um 'problema' para a escola: "Professores gays podem ser um problema pois podem influenciar os alunos com seu jeitinho", afirma uma professora participante. Apesar de não ter a capacidade profissional questionada, os comportamentos de gênero desse professor são julgados dentro de um padrão pré-estabelecido: a heteronormatividade. Em segundo lugar, o estranhamento causado por estudantes travestis e transexuais que querem ser reconhecidas em suas identidades de gênero: "O

desejo absurdo de virar mulher não é de responsabilidade da escola", diz uma outra professora. Os modos de existência de travestis e transexuais não são considerados legítimos para existir no espaço escolar (MARCHI, 2011). Esses temas apontam que processos de exclusão produzidos pela heteronormatividade atravessam todos os sujeitos na escola. A homossexualidade, a transexualidade e a travestilidade confrontam diretamente a norma heterossexista vigente tanto em nossa sociedade quanto em nossas escolas, instituição essa de freqüência obrigatória para todas as crianças e adolescentes. Essas exclusões são processos coletivos que marcam o outro como inferior e passível de adequação e/ou eliminação (BAPTISTA,1999).

Metodologia

A metodologia deste trabalho consiste na observação participante/ pesquisa-intervenção (FOOTE-WHITE, 1980 e KASTRUP, 2007) onde os dinamizadores reuniam os participantes das oficinas em grupos e cada grupo deveria discutir um detarminado tema, entre eles "o entendimento do professor gay como um problema" e "a questão do nome social de alunas transexuais e travestis". De modo que após discutir seus assuntos o grupo deveria apresentar seus argumentos para todos os outros. É importante pontuar que a discussão em grupo normalmente não tinha o "peso do politicamente correto" mas o discurso ganhava outro tom quando apresentado para todos os outros. Neste momento, em que o grupo se reunia, os dinamizadores os deixavam livres, por vezes até mesmo não estavam presentes na sala, restando apenas as estágiárias e suas anotações.

Outra atividade que nos posibilitou colher muitos depoimentos foi uma que consistia em marcar uma linha dividindo a sala em duas partes, então os dinamizadores faziam certas "afirmações" e quem concordasse deveria ficar de um lado e os que discordassem deveriam ficar de outro e quem nem concordasse nem discordasse deveria ficar sobre a linha. Daí debates eram feitos com a intemediação dos dinamizadores; neste momento também os profissionais conversam muito entre si, possibilitando a anotação de muitas falas.

A partir dos dados colhidos/ anotados nos diários, iniciou-se o processo de análise das falas ou depoimentos. Semalmente discutíamos e analisávamos as falas e as possíveis reações sobre determinado assunto discutido. Essas reuniões eram seguidas de debates teóricos embasados em textos de diversos pesquisadores que publicaram suas teses a respeito de diversidade sexual e identidade de gênero. A partir daí, novas observações eram feitas em analogia aos estudos publicados até que pudéssemos

“compreender” a dinamização dos processos de exclusão e inclusão. As falas eram variadas e nem sempre carregadas de conteúdos homofóbicos. É importante pontuar que os professores chagavam nas oficinas munidos de seu conteúdo de vida, das suas experiências pessoais e profissionais, com seus valores, sua religião etc. isso resultando em diversificadas afirmações, perguntas, comentários etc.

Em alguns momentos das oficinas os debates eram mais intensos, geralmente os momentos quando eles se reuniam e podiam trocar suas idéias sem serem “policiados” pela pessoa do dinamizador. Assim, notamos que entre as muitas conversas e dinâmicas dois temas causavam, talvez, uma “comoção” um pouco maior. A fim de direcionar nossas análises, decidimos estudar as falas sobre esses dois temas especificamente: (1) a compreensão de professores homossexuais como um problema e (2) o estranhamento causando por alunas travestis e transexuais que desejam ser reconhecidas em suas identidades de gênero.

1.1 Contextualizando: As normatizações e o gênero

A divisão dos seres humanos em um sistema dicotômico que consiste em classificá-los em homens e mulheres, a partir da perspectiva biológica, vem sendo questionada por estudiosos desde Simone de Beauvoir, que deflagrou o “tornar-se mulher”:

> *Em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes.* (BEAUVOIR, 1970, p.10)

Até estudos mais recentes que tratam da construção do feminino e do masculino a partir de aspectos sociais, comportamentais, históricos e linguísticos, como afirma Guacira Lopes Louro (1997):

> *É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (p.78)*

Dessa forma, a diferenciação entre homens e mulheres partindo de seu sexo biológico passa a ser questionada, assim como a impossibilidade de se transitar entre gêneros. Trazendo essa análise para o contexto escolar, percebemos que o processo pedagógico não está atento aos debates sobre as questões de gênero. Muitos são os estudos que apontam o quanto a educação brasileira mantém práticas sexistas, construindo divisões e modelos de masculinidade e feminilidade bem marcados, distintos e por vezes antagônicos (Louro, 2000; Freitas, 2004 e Auad, 2004. In Bortolini, 2010).

Existe uma idéia socialmente construída de que o "jeito" do professor possa influenciar o "comportamento homossexual" em alunos, conforme algumas falas evidenciavam. Esses professores não tiveram sua capacidade profissional questionada. No entanto, sua orientação sexual pode ser um impecílio no que tange a relação com os alunos. Notamos que ainda existe receitos em relação à orientação sexual dos professores, sobre a influência que possivelmente ela possa exercer sobre os alunos. No entanto, também observamos que muitos professores não enxergam a orientação sexual do colega como um problema.

O conceito de gênero está ligado às características comportamentais, culturais, sociais e históricas, construídas socialmente. Nossa cultura modela os comportamentos de gênero de uma pessoa ainda dentro do útero materno. Esse poder normativo, que diz como devemos agir, falar, se comportar e até mesmo amar, tem forte influência sobre os corpos e as subjetividades das pessoas:

> *A declaração "é uma menina!" ou "é um menino!" [...] instala um processo que supostamente deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo. Judith Butler (1993) argumenta que essa asserção desencadeia todo um processo de "fazer" desse um corpo feminino ou masculino. Um processo que é desencadeado em características físicas que são vistas como diferenças e as quais se atribui significados culturais. [...] O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um "dado" anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. (Louro, 2004, p.15)*

A partir das palavras de Guacira Louro, podemos refletir sobre o como o "sexo antecede a cultura". Mas acreditamos que esse processo está intrisecamente vinculado à nossa cultura e à maneira como enxergamos os corpos dentro desta. Dessa forma, tanto

professores homossexuais quanto travestis e transexuais “precisam” se enquadrar nos moldes pré-estabelecidos pela norma heterosexista para que esses não venham a ser vistos ou entendidos como um problema para a escola.

Os comportamentos de gênero são “julgados” e “moldados” constantemente na nossa cultura conforme indica Guacira Louro. Dentro da escola, professores, funcinários, diretores etc., a partir de uma lógica binária, dizem como uma criança deve se comportar em relação a determinado gênero. “Senta direito, você é uma mocinha!” ou “Menino não brinca de boneca” são falas que geralmente escutamos dos pais ou de nossos professores e que exemplificam, de certa forma, o poder normativo do gênero. Tais comportamentos são “corrigidos” ou pontuados por qualquer pessoa: pelo professor, pelos pais, pela moça da cantina... Conforme observamos nas falas dos profissionais nas oficinas. Na cartilha do projeto em 2008, Alexandre Bortolini apresenta a fala de uma coordenadora pedagógica que aqui podemos utilizar como exemplo do que foi dito acima:

> *Um menino em processo de formação eu sinto obrigação de chamar para conversar. Uma vez chamei um aluno, conversei, ele falou que queria ser homem, engrossou a voz, conversei com a turma que não queria mais problema. No ano seguinte, veio todo feminino, agredia até a professora. Ele acabou se excluindo. Foi muito triste, fui na casa da mãe, ela veio aqui, chorava mãe, chorava aluno, uma situação muito difícil. O tio estuprou ele quando mais novo, acho que não pode ser normal, sempre é uma angústia, um desequilíbrio.*

Segundo Foucault;

> *Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. [...] A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza (2007, p. 152-153)*

Assim, o distanciamento ou aproximação da norma fundamenta a hierarquização do sujeito (FOUCAULT, 2007). A observação das oficinas realizadas pelo projeto Diversidade Sexual na Escola permitiu aos pesquisadores constatar como a distância em que o indivíduo se encontra da norma propicia a exclusão ou a integração desse sujeito ao meio social.

1.2 O Professor homossexual é mesmo um problema?

"*Talvez seja uma questão de tentar ser mais aceito, por isso ele é tão meigo e simpático*" (professor)

Na fala acima um professor de matematica faz essa observação para o grupo quando o mesmo discutia sobre um professor gay de determinado colégio. O esteriótipo de que os homossexuais são pessoas generosas, boas e amigas recaiu sobre esse professor possívelmente gay. A discussão do grupo consistia na educação e no "jeito" do professor. Essa não é uma fala discriminatória; observamos aqui simplesmente uma "estigmatização" social que recai sobre os homossexuais em geral.

Eu tinha um colega homossexual, ele era um amor, super educado, muito fofinho" (professora)

Novamente a questão do esteriótipo. Notamos que nessas duas falas a capacidade profissional do professor não foi questionada, mas sim, se é que isso é um questinamento, sua "performance" social de acordo com os mitos ou idéias existentes sobre os homossexuais. No entanto, outras falas anotadas apresentavam um outro teor:

Ah gente, vocês vão me desculpar, mas professores gays podem ser um problema pois podem influenciar os alunos com seu jeitinho, pode sim!" (professora)

Nesta fala detectamos conteúdo homofóbico mas, não temos como afirmar em que se baseou a professora para pode proferi-la. A compreensão sobre a homossexualidade é pessoal e sua realidade é diferente em cada escola. Algumas outras falas se basearam na aceitação dos pais; até que ponto os pais gostariam que seus filhos fossem educados por homossexuais. Outras em pressupostos religiosos. Outras nas "normas" da escola. Então uma grande variedade de falas foram observadas, cada qual com sua peculiaridade e suas vivências pessoais.

*Deus não criou isso, não é preconceito... mas eu acho que pode ser perigoso para as crianças porque elas vão crescer vendo aquele professor como referência, o professor é uma referência, tem que dá o exemplo" (*inspetora)

Nessa fala, por exemplo, a inspetora usa "Deus" com um argumento para justificar sua posição ou opinião; não temos como saber se ela é uma religiosa pois nós não perguntávamos, apenas colhiamos os depoimentos afim de estudá-los e tentar compreender que espaço é a escola atualmente para as identidades LGBT. Nesta conversa da inspetora, uma professora contra argumetou:

"O Estado é laico, a escola deveria também ser"(professora)

Assim as duas e outras três professora conversavam paralelamente, cada qual com suas opiniões e suas idéias, de modo que pudemos observar o quanto a aceitação de professores e alunos homossexuais está condicionada a um sistema de valores que nem sempre são recíprocos. Deste modo, alguns participantes estavam ali apenas para marcar seu ponto de vista contrário a essa discussão e outros cujo ponto de vista convergia favoravelmente; desta forma, estabalece-se um diálogo, por vezes conflituoso, mas sempre muito rico.

1.3 Os professores querem saber com lidar com as identidades LGBT

Durante as oficinas notamos que muitos professores desejavam sair das oficinas com uma resposta pronta para os "problemas" que pudessem aparecer na escola. O fato é que não existe uma "receita de bolo", de forma que cada escola deve dialogar e buscar meios para evitar discriminações e processos que segreguem tanto alunos quanto professores.

> *"Até agora você falou um monte de coisas sobre sexo e gênero mas eu estou aqui para aprender como lidar com meu aluno gay. Quando é que você vai falar sobre isso?"* (professor)

Existe entre os participantes uma necessidade de aprimorar suas práticas pedagógicas. No entanto, as relações sociais dentro da escola perpassam essas construções históricas entre sexo e gênero (LOURO, 2004). Nossos professores buscam lidar com a sexualidade de seus alunos, mas pouco se fala sobre os professores homossexuais e suas subjetividades, de modo que precisamos também de práticas que acolham esse professor em sua completude. Naturalmente havia profissionais que não viam o professor homossexual como um problema, pois de acordo com eles sua orientação sexual não está acima de sua capacidade profissional. Normalmente comprendido como uma pessoa dócil e amigável, a imagem desse professor está esteritipada como supracitado. Mas e profissionalmente? E quanto sua vida pessoal? O que é esse professor? Também havia os contrários sobre a "conduta" do professor gay:

> "*o jeito (do professor) pode afetar o comportamento da criança que não tem maturidade mental para discenir o que é errado ou não"* (professor de biologia)

A heterornatividade nos coloca num sistema dicotômico onde os comportamentos e os valores dos outros são entendidos como anormais, portanto passível de correção, adequação ou redução, quando estes não de "enquadram" nas

normas (BORRILO, 2010). A escola brasileira é uma arena para homofobia[4] (MELLO, 2009, p. 171), tem sido um espaço de constante exclusão e pouca tolerância à diversidade sexual e à identidade de gênero. Os padrões de comportamento impostos pela heteronormatividade podem ser hostis para aqueles que "estão à margem" da norma e podem ser perigosos mesmo para heteressexuais:

"*Ele não é gay, eu sei! Mas eu acho que homens não devem usar brincos, tão pouco fazer as unhas*" (duas professoras conversando)

Tais "normas" são mais intensas no que diz respeito ao comportamento masculino. Para a sociedade, generalizando, é inadimissível que um homem (mesmo que heterossexual) demonstre quaisquer "indícios" de feminilidade.

"*Numa brincadeira, dois alunos heteros fingiam ser gays, a diretora viu e essa história deu pano pra manga!"* (professora).

Por outro lado, temos a questão das alunas travestis e transexuais:

"*tem que chamar pelo nome que tá no documento (na identidade ou certidão de nascimento) e tem que seguir as regras da escola! Não pode usar, é regra e pronto!"* (afirmação categorica de uma professora)

Esses casos são exemplos de homofobia escolar, entendida aqui, por necessidade de economia conceitual, como "uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal [que] por sua diferença irredutível [...] é posicionado a distância, fora do universo comum aos humanos" (BORRILLO, 2010).

2. Contextualizando: o estranhamento causado por estudantes travestis e transexuais que querem ser reconhecidas em suas identidades de gênero

Eu acredito que [...] (a) homofobia é muito triste, mas se projetarmos a homofobia como foi dita na escola, nos meios sociais, para os travestis e transexuais, é uma situação confortável. Queria eu que as travestis pudessem sofrer homofobia no trabalho. Não, elas não estão empregadas. Queria que elas pudessem ser vítimas de bullying, mas, não, elas não podem estudar. Então, a questão da "transfobia" se remete a outro tipo de preconceito, outro tipo de fundamento, não a rejeição sexual, a prática sexual, mas, sim, a rejeição as

[4] Utilizamos homofobia como termo guarda-chuvas que abarca qualquer tipo de expressão, física ou simbólica, de ódio, repulsa e/ou segregação no que se refere às diversas manifestações de gênero e sexualidade consideradas dissidentes da norma heterossexual vigente. Assim, para os propósitos deste artigo, o termo engloba não somente o preconceito contra gays, mas também inclui a lesbofobia (contra lésbicas), a transfobia (contra transexuais e travestis) e a bifobia (contra bissexuais).

novas identidades, ao que nós estamos tratando como tema da família, a rejeição à redefinição e à rediscussão do que é gênero. (MARCHI, 2011)

De acordo com Marjorie Machi a questão da transfobia tem raízes profundas e dissassociada da questão da diversidade sexual; é um processo de enfrentamento que nos remete à misoginia. É uma questão de identidade (de gênero). Deste modo,não se trata de com quem essas pessoas vão transar mas sim, como elas se entendem (quanto indivíduos) e como se relacionam com o mundo ao seu redor. A performance social de travestis e transexuais caracteriza-se pela exteriorização de seu "entender-se" como ser feminino ou masculino, desta forma não se trata de um "dispositivo da sexualidade" (ARAN, 2006) e sim de um processo performático social onde o fenótipo e modos de viver dizem respeito ao gênero de uma pessoa e não à sua sexualidade. Com nuances diferentes, cada qual com sua particularidade, travestis e transexuais enfrentam cotidianamente um severo processo de segregação, onde indivíduos que não se adequem às normas de gênero são excluídos e suas existências anuladas (MARCHI, 2011).

Em ambos os casos, tanto das transexuais quanto das travestis, a relação com gênero merece uma observação mais atenta. Nestes casos, a inexistência do gênero oposto[5] reflete na busca de uma adapatação ao seu sexo e gênero correto (principalmente para as transexuais readequadas ou em processo de). Assim, elas buscam incessantemente características que as identifiquem como mulheres biológicas ou "biomulheres" (NERY, 2012); logo, seus modos de vida ressaltam os padrões existentes de gênero, pois são neles que elas se baseiam ou "se agarram" para serem enxergadas em sua plena existência. De modo que uma transexual intimamente busca a exteriorização máxima de seu gênero. Mas esses são processos individuais, logo a sociedade, de uma maneira geral, não entende dessa forma e as enxerga como uma abominação, algo que afronta diretamente sua "essência" biológica: são dispositivos essencialistas e reducionistas que forçam essas pessoas à inexistência social.

O primeiro relatório global da ONU sobre os Direitos Humanos de gays, lésbicas, travestis e transexuais, divulgado no fim de 2011, aponta que "lésbicas e mulheres transexuais estão em situação de risco particular*"*. Essas exclusões ou discriminaçãoes que recebem o nome de "transfobia" marcam um dispositivo comum: a compreensão da mulher como inferior. Em outras palavras, é um dispositivo misógino e sexista. Observa-se também que as próprias mulheres, de modo geral, tem uma

[5] Levando em consideração ao fenótipo e únicamente ao fenótipo, em respeito e entendimento de sua condição identitária feminina, o gênero oposto seria o masculino. Não tratatamos neste artigo o sexo gonadal ou cromossomico como "superior" ou mais importante que o "neurosexo" (FREITAS, 1998)

“incompreensão” à sua posição em relação ao machismo e quando dizem “*mas não é mulher de verdade*” ou “*não tem útero, não pode gerar um filho*” (professoras), só fazem refletir sobre a existência de uma hierarquia patriarcal. São discursos “fundamentado[s] no ódio a sua própria figura” (MARCHI, 2011). Diante desse pequeno panorama sobre a questão transexual e a transfobia, temos a escola como um local de desenvolvimento social fundamental para existência de todo e qualquer ser humano, mas e para essas alunas?

> *Muitas escolas já aboliram diferenciações de gênero na roupa dos alunos, mas algumas ainda mantêm, ou uniforme diferenciado em si, ou restrições com relações a adereços, cabelos, brincos e outros detalhes. Essas diferenciações não fazem parte do “currículo”, não são normas estabelecidas pela Secretaria de Educação, muito menos pela Ministério da Educação, e, em grande parte das vezes, sequer constam de um estatuto, do projeto político pedagógico da escola ou de qualquer outro documento normativo. Essas diferenciações, principalmente quando chegam ao extremo de detalhes, são fruto apenas das concepções de gênero, internalizadas em grande parte dos educadores e da direção da escola* (BORTOLINI, 2008)

Como evitar a evasão escolar dessas alunas? Como construir práticas pedagógicas que acolham e que garantam a permanência dessas alunas na escola? Como garatir-lhes um direito tão fundamental: existir?

> “*[...] precisamos nos afastar da visão esteriotipada que condena travestis e transexuais apenas a um círculo restrito de atividades (prostitutas, cabeleireiras ou artista de show) [...]. A renegação da identidade da transexual, a opressão a que ela é submetida para se adequar a inúmeras regras d comportamento de gênero, a estigmatização dessa aluna como “problematica” e, em alguns casos, “potencialmente perigosa”, as inúmeras situações de preconceito e até violência a qual ela é submetida... tudo isso contribui para certamente para a cristalizaçaõ de um sentimento nessa aluna de que ela não deveria estar ali, e é um incômodo permanente e que a única forma de superar todos esses obstáculos é sair da escola. A evasão da escola faz parte de um engrenagem que combina evasão familiar, evasão escolar, o consequente despreparo técnico ou profissional, discriminação no mercado de trabalho, violências sociais e institucionais* ” (BORTOLINI, 2008)

2.1 As práticas discriminatórias: transexuais e travestis em situação de fragilidade escolar.

A pergunta de uma professora para outra durante a oficina: "*Por quê um homem vestido de mulher tem que usar o banheiro feminino e nós temos que engolir?",* nos faz refletir se a escola é verdadeiramente um local de inclusão e acolhimento para travestis e transexuais. Até que ponto os educadores mantém práticas discriminatórias? A ilegitimidade ou o não reconhecimento da identidade feminina de travestis e transexuais parece ser um dos maiores "problemas" para a escola.

A discriminação se esconde atrás de discursos, tais como "*A escola possui normas que devem ser seguidas*", argumento defendido por muitos profissionais da educação para ilegitimar o direito ao qual alunas transexuais e travestis tem de usar o nome social. "Obrigar um aluno a modificar seu jeito intimo de ser, de falar, de se fazer bonito para poder estudar, é condicionar um direito que é incondicional" (BORTOLINI, 2008). Em uma das oficinas, um fato prendeu muito nossa atenção; quando um dos dinamizadores estava falando sobre trevestis, uma professora o interrompeu com a seguinte pergunta: "*Por que **das** travestis? **Dos** travestis, é assim que todo mundo fala*". Essa pergunta nos fez refletir a que ponto a relação "sexo-gênero" é entendida nas escolas. Mesmo quando dissemos à referida professora que "...das travestis em respeito e entendimento de sua identidade feminina" e também tendo explicado sobre o direito conquistado através dos decretos municipal e estadual que institucionalizam o uso do nome social, a professora se manteve rígida em sua crença e entendimento sobre a identidade dessas alunas. Para ela "*uma criança de 10 ou 12 anos não tem poder de decidir ou de saber quem é e como deve ser chamada, portanto cabe aos pais resolverem isso, pois mais tarde isso pode trazer problemas para a escola e no final das contas existe o ECA*".

Até que ponto esses professores estarão "transgredindo" as leis se tratarem com respeito um aluno? Ate que ponto estão exercendo o papel de "amoladores de facas"? (BAPTISTA, 1999). Cabe salientar o artigo quinto do Estatuto da Criança e do Adolescente que diz que "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais". E ser tratada com dignidade não é um direito fundamental? Logo, entendemos que não se trata de "respeitar as leis", a fala da educadora reproduz

preconceitos. Não legitima a identidade de transexuais e travestis, essas são práticas que caracterizam violências e provocam danos de ordem social e psicológica à alunas.

"*O garoto chegou todo fantasiado (com roupas femininas)... os outros meninos batiam nele... por fim, ele mijou nas calças porque ninguém deixava ele usar o banheiro*", comenta com naturalidade uma professora. Precisamos olhar para escola como uma espaço de desenvolvimento psicossocial e encontrar formas de acolher e garantir a permanência sadia dessas alunas. A violência contra transexuais e travestis parece que se justifica na banalização ou naturalização da própria violência.

> *"Uma das coisas que descobrimos é que a lei reflete essencialmente o sentimento homofóbico, legitimando a homofobia na sociedade em geral. Se o Estado trata as pessoas como de segunda classe ou de segunda categoria, pior, como criminosos, acaba convidando as pessoas a fazerem as mesmas coisas" (RADCLIFFE, 2011)*

Quando ouvimos professores dizer: "*também, pra quê foi colocar roupa de mulher? Já era gay, não precisava disso*" ou "*o desejo abusurdo de virar mulher não é de responsabilidade da escola*", percebemos que a transgressão das normas de gênero é tão forte, tão intensa que literalmente "fere" os "valores" do outro e "justifica" (ao menos para os agressores) a violência. Assim, a escola tem sido um espaço onde se produz exclusões e discriminações (MELLO, 2009). "*Os caras não são aceitos pois apresentam comportamento equivocado às leis naturais*" (professor de biologia). A partir da observação dessas falas, podemos intuir que a violência[6] está institucionalizada. Esses posicionamentos colocam essas crianças em situação de extrema vulnerabilidade.

Por outro lado também havia professores que entendiam que a situação dessas crianças é delicada mas elas precisavam ser respeitadas

> "*Mas você como professor não tem que julgar um aluno. Não é culpa dela ser assim, temos que entender isso e respeitar*" (professora)
>
> "*gente o que custa riscar um nome e escrever o outro? Em que isso vai te ferir?"* (professora)
>
> *"Ela tem os mesmos direitos que todo mundo! Porque negar isso? Acho que a escola tem que fazer reuniões com os professores, temos que comprar isso!"* (professora)

---

[6] A violência aqui não é entendida apenas física. Entendemos também a violência como um dispositivo que provoca danos à auto-estima, à identidade, ao desempenho emocional, social, psicológico etc.

Deste modo a aceitação dessas alunas depende se suas identidades são compreendidas, se sim tudo é possível ou se não as coisas podem ser complicadas.

3. Considerações finais

Este artigo não tem objetivo de estabelecer verdades e sim provocar reflexões acerca das nossas escolas no sentindo de produzir um ensino mais democrático e inclusivo para todas as crianças. O possível entendimento do professor como um problema para a escola perpassa questões históricas e sociais relacionadas à sexualidade que necessita de reflexões para assim desconstruirmos mitos e erguermos juntos um espaço social onde a pluralidade de subjetividades possa co-existir em hormonia.

A construção de Estado verdadeiramente laico e democrático permitirá que todas as pessoas possam existir em suas plenitudes. Quando entendermos que nossos valores não estão acimas dos demais poderemos caminhar juntos em prol de uma escola e uma sociedade melhor e mais justa. A realidade de travestis e transexuais nas escolas, e mesmo na sociedade, pode mudar se os profissionais de educação fizerem um esforço para transformar suas práticas pedagógicas acolhendo essas alunas, respeitando-as e reconhecendo seus direitos. Reconhecer a identidade feminina ou masculina de transexuais e travestis é legítimo e possibilitará a essas pessoas a garantia de seus direitos individuais e coletivos. Não existe uma "receita de bolo", uma fórmula pronta que nos diga como fazer ou como agir, de modo que precisamos dar o primeiro passo se realmente quissérmos um espaço onde as práticas sejam de acolhimento e não de exclusão, sejam de entendimento e não de reprovação, sejam de paz e não de violência. Essas oficinas promovidas pela projeto "Diversidade Sexual na Escola" permitem que os profissionais de educação pensem em suas práticas pedagógicas e principalmente o que é o espaço escolar. Onde cada um sai, de acordo com suas experiências, com suas próprias conclusões e idéias.

"Assim, diante de tudo que essa problemática envolve, talvez seja necessário pensar junto. A refexão coletiva geralmente é mais profícua. Permite compartilhar expriências, identificar diferentes dimensões e abordagens para o problema, fortalecer laços no enfrentamento de conflitos. A partir dela é possível (re)construir uma atitude institucional para além de um projeto disciplinatório ou moralista. É preciso pensar pedagogicamente. Desenvolver estratégias transversais de análise crítica dos condicionantes sociais e políticos da heteronormatividade e da homofobia, e efetivar ações que criem um novo ambiente, novas formas de sociabilidade em consonância com a ética da diversidade. A construção da cidadania de nossos jovens passa pelo

reconhecimento de sua identidade sexual, seja ela qual for, como um direito. Ou seja, tomá-lo não apenas como um princípio, sentido para nossas ações, mas também como força política. Isso implica combater qualquer forma de violência ou discriminação em relação a sua orientação sexual [e identidade de gênero] e criar os mecanismos necessários para que esse direito lhe seja garantido." (BORTOLINI, 2008)

Referências Bibliografia

ARAN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. In Revista *Ágora***,** Rio de Janeiro: v. IX n. 1 jan/jun 2006, p. 49-63

BAPTISTA, L. A. A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas. In: BAPTISTA, L. A. *Cidade dos Sábios*. São Paulo: Summus, 1999, p. 45-49.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos.* 4ª ed., Rio de Janeiro: Difel, 1970

BORTOLINI, Alexandre. *Diversidade sexual na escola*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

BORTOLINI, Maria Regina. Diversidade e ética na escola. In BORTOLINI, Alexandre. *Diversidade sexual e de gênero na escola: educação, cultura, violência e ética.* Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/ UFRJ, 2008, p. 94-105

BORRILO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito.* Belo Horizonte: Autêntica, 2010

FAUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOOTE-WHITE, William. "Treinando a observação participante". In: ZALUAR, Alba (org.) *Desvendando Máscaras Sociais*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980, p. 77-86.

FREITAS, Martha C. *Meu sexo real: a origem somática, neurobiológica e inata da transexualidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

KASTRUP, V. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *Gênero, sexualidade e educação:uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARCHI, Marjorie. Desnaturalização das questões de gênero. In: Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP, 2011, p. 69-76.

MELLO, Luiz; **GROSSI**, Miriam P.; **UZIEL**, Anna P. A escola e @s filh@s de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, Rogério D, *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.* Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 159-182

WARNER, Michel; **BERLANT**, Lauren. Sex in public. In *Critical inquiry.* Vol. 24. Intimacy: 1998, p.547-566